

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Nº	Ato Normativo	Conteúdo	Link
1	BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 - texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Emendas Constitucionais	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
2	Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm
3	Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm
4	Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011	Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm
5	Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.	Aprova a Política Nacional de Assistência Social.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
6	Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005.	Aprova a Norma Operacional Básica – NOB /SUAS-2005.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
7	Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006.	Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf
8	Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.	Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
9	Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.	Aprova a Norma Operacional Básica – NOB /SUAS-2012.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOBSUAS2012.pdf

10	Resolução nº 32, de 28 de novembro de 2011.	Estabelece percentual dos recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, de acordo com o art. 6º-E da Lei nº 8.742/1993, inserido pela Lei 12.435/2011.	http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/11/2011&jornal=1&pagina=114&totalArquivos=192
11	Resolução nº 17, de 21 de setembro de 2016	Altera o art. 1º da Resolução nº 32, de 28 de novembro de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social.	http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24197547/do1-2016-09-22-resolucao-n-17-de-21-de-setembro-de-2016-24197458
12	Lei Nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.	Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm
13	BRASÍLIA, Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015	Parecer da Advocacia Geral da União (AGU) de nº 075/2011/DENOR/CGU/AGU - Caderno de orientações técnicas sobre os gastos no pagamento dos profissionais das equipes de referência do SUAS	https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/142.pdf
14	Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012	Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7788.htm
15	Decreto nº 7.636, de 7 de dezembro de 2011.	Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7636.htm

		Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS.	
16	Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.	Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm
17	Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010.	Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7334.htm
18	Resolução CIT nº 7 de 10/09/2009	Dispõe sobre os procedimentos para a gestão integrada dos serviços, benefícios socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e de famílias beneficiárias do PBF, PETI, BPC e benefícios eventuais, no âmbito do SUAS.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=111982
19	Resolução CIT n.º 08/2010	Estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	https://www.sigas.pe.gov.br/files/10142015023256-resolucao.cit.no.08.de.14.de.julho.de.2010.estabelece.fluxos.procedimentos.e.responsabilidades.pdf
20	Resolução CIT n.º 05/2010	Institui, de forma pactuada, as metas de desenvolvimento dos CRAS por períodos anuais, visando sua gradativa adaptação aos padrões normativos estabelecidos pelo SUAS;	http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2010/RESOLUCaO%20No-%205-%20DE%203%20DE%20MAIO%20DE%202010.pdf
21	Resolução nº 32, de 28 de novembro de 2011.	Estabelece percentual dos recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, de acordo com o art. 6º-E da Lei nº 8.742/1993, inserido pela Lei 12.435/2011	http://www.assistenciasocial.al.gov.br/gestao-do-trabalho/Resolucao%20Cnas%2032%202011%20pagamento%20equipes%20de%20referencia.pdf
22	Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm
23	Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm
24	LEI Nº 12.527, DE 18 DE	Regula o acesso a informações previsto no inciso	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

	NOVEMBRO DE 2011.	XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências	
25	Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm
26	Lei nº 12986 de 02 de Junho de 2014	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.	http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/ViwerIdentificacao/lei%2012.986-2014?OpenDocument
27	Programa Nacional de Direitos Humanos - 3	O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc.	https://pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf
28	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, está apoiado em documentos internacionais e nacionais, demarcando a inserção do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos e na	https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRAMAOPNEDH.pdf

		Década da Educação em Direitos Humanos.	
--	--	---	--

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

Principais Instrumentos que Cuidam dos Direitos Humanos no Mundo (quando reconhecidos pelo Brasil).

Nº	Ato Normativo	Conteúdo	Link
1	Declaração Universal dos Direitos Humanos	A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948, na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta.	https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf
2	Princípios de Paris	Os princípios de Paris foram redigidos durante os primeiros encontros internacionais das Instituições nacionais de Direitos do Homem em Paris em 1991. Eles foram adotados pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1993.	http://www.dhnet.org.br/educar/mundo/a_pdf/onu_principios_paris.pdf
3	Decreto nº 678 de 06 de novembro de 1992	Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm
4	Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas	Os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais	http://unicrio.org.br/docs/declaracao_direitos_povos_indigenas.pdf

5	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, doravante denominada Convenção da Mulher, em vigor desde 1981, é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher. São duas as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte.	http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm
6	Protocolo de Palermo - Decreto nº 5015 de 12 de março de 2004	Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. O objetivo da presente Convenção consiste em promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm
7	Decreto nº 5017 de 12 de março de 2004	Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm
8	Decreto nº 1973 de 1º de agosto de 1996	Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher, "CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ".	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm
9	Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos	Iniciativa global das Nações Unidas que, desde 2005, incentiva medidas concretas para integrar a educação em direitos humanos em todos os setores.	http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf